

Reformas, austeridade e investigações

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Com os mesmos deputados e senadores do ano passado, mas com nova composição de forças, o Congresso Nacional inicia o novo ano preocupado em impor austeridade na administração interna, disposto a recuperar suas prerrogativas e ansioso por reformas políticas imediatas. Já sob o comando da aliança política que elegeu Tancredo Neves, a Câmara e o Senado deverão ter um ano de intenso trabalho ao preparar o terreno para a Assembléia Nacional Constituinte que deve ser convocada em 1985.

Divididos quanto à profundidade das reformas políticas imediatas que tornarão mais livres as eleições para a Constituinte, o PMDB, o PFL e o PDS estão, porém, unidos no desejo de contribuir para investigar casos de corrupção do governo que se encerra. Já estão em fase de requerimento a formação de Comissões Parlamentares de Inquérito para investigar os escândalos da Sunamam e do Sulbrasileiro e ainda as fraudes nas contas hospitalares. Espera-se que sejam instaladas ainda este ano as comissões de fiscalização e controle que, nas duas casas, acompanharão o desempenho dos governos anteriores e do que se inicia no dia 15.

O elenco de mudanças na Constituição e na legislação ordinária para remover os últimos resquícios de arbitrio é grande, mas difficilmente haverá tempo hábil para aprová-las este ano. Pelo empenho pessoal do futuro presidente, deve ser votada a emenda constitucional que restabelece eleições diretas nas prefeituras das Capitais. Por pressão do PDT brizolista e do PDS malufista, deve ser apreciada também a proposta que reduz para quatro anos o mandato presidencial e marca eleições diretas para presidente da República.

As reformas políticas vão depender das negociações, já que a Aliança Democrática

não dispõe de número para aprovar sozinha as emendas à Constituição, apesar de contar com a maioria absoluta na Câmara e no Senado Federal.

Embora ainda ocupado por bônus, o Congresso Nacional é novo quanto às forças que o controlam: o PDS não é mais o maior partido na Câmara e nas duas casas do Congresso Nacional surgiu uma nova força política, o partido da Frente Liberal, cujo apoio é fundamental para assegurar tranquilidade ao futuro governo que se instala a 15 de março.